

## MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visa a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

## Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 4,0 milhões, com aumento de 8,6% em relação ao ano anterior, decorrente da melhora no rendimento das aplicações financeiras.

## Resultado do Exercício

A MAPFRE Capitalização S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 1,5 milhão (R\$ 3,0 milhões no exercício de 2018).

## Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de maior operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. Para 2019, realizando apenas a distribuição mínima, o limite do capital social seria atingido, portanto foi

decidido a deliberação total do lucro do exercício após as deduções legais R\$ 1,4 milhão além de distribuição de exercício de anos anteriores R\$ 3,6 milhões à sua controladora MAPFRE Participações S.A.

## Eventos Societários

Em 30 de novembro de 2018 o BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE.

Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Capitalização S.A. passa a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário direto desta Cia da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A.

Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência.

## Declaração de Capacidade Financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Capitalização S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 8,1 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

## Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e dos principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Periodicamente, a MAPFRE Capitalização S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas

regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

## Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

## Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

## Premiações e Campanhas

O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse [www.mapfrefxplca.com.br](http://www.mapfrefxplca.com.br).

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>103.496</b>	<b>104.710</b>
Disponível		2	426
Caixa e bancos		2	426
Equivalente de caixa		1.227	—
Aplicações	5	97.143	97.266
<b>Créditos das operações de capitalização</b>		<b>1.471</b>	<b>3.666</b>
Créditos das operações de capitalização	6	1.471	3.666
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>3.501</b>	<b>3.288</b>
Títulos e créditos a receber	7	1.524	933
Créditos tributários e previdenciários	16b	1.614	1.881
Outros créditos		363	474
<b>Outros valores e bens</b>		<b>146</b>	<b>54</b>
Outros valores		146	54
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>6</b>	<b>10</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>54.131</b>	<b>48.451</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>54.076</b>	<b>47.947</b>
Aplicações	5	54.040	47.581
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>36</b>	<b>306</b>
Créditos tributários e previdenciários	16b	36	346
Depósitos judiciais e fiscais		—	20
<b>Imobilizável</b>		<b>55</b>	<b>333</b>
Intangível		—	171
<b>Total do ativo</b>		<b>157.627</b>	<b>153.161</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>135.326</b>	<b>128.527</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>6.671</b>	<b>5.029</b>
Obrigações a pagar	8	6.421	4.559
Impostos e encargos sociais a recolher		174	21
Encargos trabalhistas		26	53
Impostos e contribuições	9	50	396
<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>1.051</b>	<b>—</b>
Depósitos de terceiros	12	2.550	413
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	10	<b>125.550</b>	<b>125.183</b>
Provisão para resgates		108.542	107.714
Provisão para sorteio		16.246	15.245
Provisão para complementação de sorteios		34	—
Provisão para distribuição de bônus		69	79
Outros provisões		163	145
<b>Passivo não circulante</b>		<b>967</b>	<b>8</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>898</b>	<b>—</b>
Tributos diferidos	16b	898	—
<b>Outros débitos</b>		<b>69</b>	<b>8</b>
Provisões judiciais	13	69	8
<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>21.334</b>	<b>24.526</b>
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		7.777	11.303
Ajustes de avaliação patrimonial		1.557	1.223
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>157.627</b>	<b>153.161</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

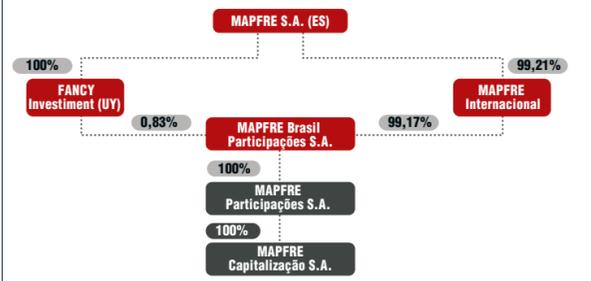
	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>12.000</b>	<b>1.651</b>	<b>7.352</b>	<b>—</b>	<b>21.003</b>
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	1.223	1.223
Lucro líquido do exercício	—	—	—	3.017	3.017
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	—	151	—	—	151
Reserva de investimento	—	—	2.149	—	2.149
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(2.149)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>12.000</b>	<b>1.802</b>	<b>9.501</b>	<b>1.223</b>	<b>24.526</b>
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	334	334
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.474	1.474
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	—	74	—	—	74
Dividendos propostos	—	—	(3.600)	—	(3.600)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.000</b>	<b>1.876</b>	<b>5.901</b>	<b>1.557</b>	<b>21.334</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade os valores apresentados anteriormente na demonstração do fluxo de caixa as linhas de variações das provisões técnicas - capitalização, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3e e 10 - Provisões técnicas; • Notas 3f e 12 - Provisões judiciais; e • Notas 3k e 15 - Imposto de renda e contribuição social. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Normas novas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

**a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *v.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5c. *vi.* Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determinados que não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda

é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício em que o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos bens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano. Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.0053902011-81	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.9005562013-36	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.9012252013-13	Prêmio Único	16,46	6,17
15414.9002812015-01	Prêmio Único	2	4,28
15414.9004572017-88	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.9013612018-18	Prêmio Único	5,8	6,17

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano, a taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a provisão de sorteios a realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão de Despesa Administrativa - PDA é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização. **f) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **g) Benefícios aos empregados:** *i.* Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa a medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado a medida que são incorridos. *ii.* Obrigações com aposentadorias: A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii.* Outros benefícios pós-emprego: Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **h) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **i) Custo de aquisição:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativos à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação do resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos. **j) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, a partir de janeiro de 2019. Até dezembro de 2018, em razão do disposto na Lei nº 13.169/2015, a alíquota da CSL aplicada foi de 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **l) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

## 4. GERENCIAMENTO DE



☆ continuação

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
**MAPFRE Capitalização S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado; da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 25P014428/O-6

**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 15P252419/O-0

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
**MAPFRE Capitalização S.A.**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelos itens auditados definidos no parágrafo acima de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os

controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

#### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020



**ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS**  
CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11

**Ricardo Pacheco**  
Atuário - MIBA 2679

### DIRETORIA

<b>ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO</b>	<b>RAPHAEL DE LUCA JUNIOR</b>	<b>FRANCISCO ENGENIO LABOURT</b>	<b>MAURÍCIO GALIAN</b>	<b>SIMONE PEREIRA NEGRÃO</b>
<b>CONTADORA</b>	<b>DANIELE GOMES YOSHIDA</b> CRC 15P 255783/O-1	<b>ATUÁRIA</b>	<b>VERA LÚCIA FERNANDES LOPES</b> MIBA 817	

## MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

#### Prêmios Emitidos

Em 2019, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6,1 bilhões, redução de 5,2% em relação ao ano anterior. No seguimento de Auto, houve redução de 5%, justificada pela estratégia aplicada de maior controle técnico na área e pelo reposicionamento de taxas, contribuindo para redução da sinistralidade.

O resultado financeiro totalizou R\$ 213,6 milhões, com aumento de 21,7% em relação ao ano anterior, impactado pela redução da despesa com atualização monetária e juros, proveniente da revisão de políticas e negociações dos sinistros judiciais pendentes acima de 10 anos e eficiência da Política de Reinvestimento.

#### Resultado do Exercício

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 58 milhões (prejuízo de R\$ 340,4 milhões no exercício de 2018).

Em Auto, o foco está em melhorar cada vez mais nosso Índice combinado, para reduzir a sinistralidade, aumentando a eficiência operacional e a rentabilidade, o que já vem ocorrendo. Nesse sentido, o Programa Conexão Global, que envolve as áreas Técnica, Atuarial, Operações e TI, vai seguir avançando em seus 28 projetos até final de 2020.

Adicionalmente, a revisão na Política de subscrição impactou diretamente na melhora da inadimplência e sinistralidade em 9,52 p.p. para Automóvel e 11,25 p.p. para Rural.

#### Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários a conta de Lucros acumulados ou de Reservas existentes.

Não serão distribuídos dividendos decorrente do lucro líquido do exercício de 2019, tendo em vista que haviam prejuízos acumulados a serem absorvidos.

#### Eventos Societários

Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP conforme carta homologatória Eletrônica SUSEP nº 33/2019, datada de 03 de setembro de 2019, e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, foi realizada a incorporação e, por consequência, a extinção da Brasilveículos Companhia de Seguros, pela MAPFRE Seguros Gerais S.A., com a incorporação o capital social da MAPFRE Seguros Gerais S.A. aumentou em R\$ 335,4 milhões, e o valor remanescente do patrimônio líquido da Brasilveículos, de R\$ 142,9 milhões, foi destinado às demais contas de patrimônio líquido da incorporadora referentes à Reserva de Lucros, Ajuste de avaliação patrimonial e Lucros acumulados na mesma forma e nos mesmos valores que eram classificados no patrimônio líquido da Incorporada.

#### Declaração de Capacidade Financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 902,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

#### Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE

sobre o tema e dos principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Periodicamente, a MAPFRE Seguros Gerais realiza testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

#### Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

#### Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

#### Premiações e Campanhas

O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seus negócios, acesse [www.mapfreexplica.com.br](http://www.mapfreexplica.com.br).

#### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

**A Administração**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>8.956.845</b>	<b>7.630.797</b>	<b>Circulante</b>		<b>7.959.613</b>	<b>7.074.127</b>
<b>Disponível</b>	<b>5</b>	<b>95.399</b>	<b>23.841</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>16</b>	<b>469.469</b>	<b>350.543</b>
Caixa e bancos		95.399	23.841	Obrigações a pagar		297.645	207.441
<b>Equivalente de caixa</b>	<b>5</b>	<b>31.326</b>	<b>23.520</b>	Impostos e encargos sociais a recolher	<b>17</b>	<b>131.801</b>	<b>108.516</b>
Aplicações	<b>6</b>	<b>3.036.384</b>	<b>2.302.050</b>	Encargos trabalhistas		29.822	25.526
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>2.209.797</b>	<b>2.086.087</b>	Impostos e contribuições	<b>18</b>	<b>10.201</b>	<b>9.060</b>
Prêmios a receber	<b>7</b>	<b>2.093.761</b>	<b>1.644.763</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>837.727</b>	<b>1.169.147</b>
Operações com seguradoras		5.152	16.391	Prêmios a restituir		4.282	-
Operações com resseguradoras	<b>8a</b>	<b>110.884</b>	<b>424.933</b>	Operações com seguradoras	<b>19</b>	<b>22.666</b>	<b>64.026</b>
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>9</b>	<b>165.372</b>	<b>51.753</b>	Operações com resseguradoras	<b>8b</b>	<b>499.747</b>	<b>873.271</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>8a</b>	<b>2.432.345</b>	<b>2.299.828</b>	Corretores de seguros e resseguros	<b>20</b>	<b>217.015</b>	<b>151.176</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>327.903</b>	<b>291.457</b>	Outros débitos operacionais	<b>21</b>	<b>94.017</b>	<b>80.674</b>
Títulos e créditos a receber	<b>10a</b>	<b>127.908</b>	<b>131.868</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>22</b>	<b>304.084</b>	<b>141.691</b>
Créditos tributários e previdenciários	<b>30b</b>	<b>161.721</b>	<b>127.388</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>23</b>	<b>6.348.333</b>	<b>5.412.746</b>
Outros créditos	<b>10d</b>	<b>38.274</b>	<b>32.201</b>	Danos		6.101.932	5.151.587
<b>Outros valores e bens</b>		<b>104.926</b>	<b>63.082</b>	Pessoas		246.401	261.159
Bens a venda	<b>11a</b>	<b>30.583</b>	<b>62.625</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>2.561.660</b>	<b>1.396.000</b>
Outros valores	<b>11b</b>	<b>74.343</b>	<b>457</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>23</b>	<b>1.656.246</b>	<b>1.077.120</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>11.491</b>	<b>10.819</b>	Danos		1.502.932	922.794
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12</b>	<b>541.902</b>	<b>478.360</b>	Pessoas		153.314	154.326
Seguros		541.902	478.360	<b>Outros débitos</b>		<b>905.414</b>	<b>318.880</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>4.076.482</b>	<b>2.796.433</b>	Provisões judiciais	<b>27</b>	<b>905.414</b>	<b>318.880</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>3.754.671</b>	<b>2.452.336</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>28</b>	<b>2.512.054</b>	<b>1.957.103</b>
Aplicações	<b>6</b>	<b>1.384.524</b>	<b>999.886</b>	Capital social		2.408.177	2.072.858
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>30.376</b>	<b>75.684</b>	Reservas de capital		542	542
Prêmios a receber	<b>7</b>	<b>30.376</b>	<b>75.684</b>	Reservas de reavaliação		397	397
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>8a</b>	<b>356.395</b>	<b>152.226</b>	Reservas de lucros		73.127	11.098
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>1.852.602</b>	<b>1.123.935</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		29.811	-
Créditos tributários e previdenciários	<b>30b</b>	<b>994.504</b>	<b>908.589</b>	Prejuízo acumulado		-	(127.792)
Depósitos judiciais e fiscais	<b>27a</b>	<b>858.098</b>	<b>215.346</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>13.033.327</b>	<b>10.427.230</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12</b>	<b>130.774</b>	<b>100.605</b>				
Seguros		130.774	100.605				
<b>Investimentos</b>		<b>4.074</b>	<b>7.026</b>				
Participações societárias	<b>13</b>	<b>4.028</b>	<b>6.992</b>				
Outros investimentos		46	34				
<b>Imobilizado</b>	<b>14</b>	<b>49.884</b>	<b>68.758</b>				
Imóveis de uso próprio		21.400	32.910				
Bens móveis		14.540	18.796				
Outras imobilizações		13.944	17.052				
<b>Intangível</b>	<b>15</b>	<b>267.853</b>	<b>268.310</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>13.033.327</b>	<b>10.427.230</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados
--	---------------------	--	--	--------------------	--	--	---	-----------------------------